



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1575/03	DATA: 30/09/03
INÍCIO: 15h31min	TÉRMINO: 15h55min	DURAÇÃO: 00h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h24min	PÁGINAS: 7	QUARTOS: 5
SUPERVISÃO: J. Carlos		
CONCATENAÇÃO: J. Carlos		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Adiamento da eleição do 3º Vice-Presidente da CPI. Definição do roteiro de trabalho.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos da segunda reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio na região Nordeste. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da primeira reunião a todos os membros presentes, indago da necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, também solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Dispensada a leitura da ata, por solicitação dos Srs. Deputados Luiz Couto e Fernando Ferro. Em discussão. (*Pausa.*) Não havendo quem queria discuti-la, em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada a ata. Expediente. Fiz distribuir cópia do resumo das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição de V.Exas. para análise na Secretaria da Comissão. Ordem do Dia. Item 1: eleição do 3º Vice-Presidente. Item 2: elaboração do roteiro de trabalho. Quero informar que esta Comissão recebeu indicação do Deputado Marcos de Jesus para concorrer ao cargo de 3º Vice-Presidente pelo Bloco PL/PSL. Como o nobre Deputado não se encontra em Brasília, devido a compromissos políticos em seu Estado, faremos a eleição oportunamente. Passamos, então, ao Item 2: elaboração do roteiro de trabalho. Esta Comissão recebeu do Relator, Deputado Luiz Couto, a proposta de roteiro de trabalho, que já foi distribuída aos senhores membros presentes. Passarei a palavra ao Relator e, em seguida, aos Srs. Deputados, conforme ordem de inscrição. Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, a primeira parte do plano de trabalho que apresentamos seriam os objetivos institucionais legais, apuração dos crimes, identificação dos mandantes, responsabilização civil e criminal, restabelecimento do Estado de Direito, obediência ao direito humanitário e às cortes internacionais, e promover medidas legislativas. No segundo momento, temos os objetivos humanitários: promover uma cultura de direitos e desfazer o paradigma de



direitos de bandidos, como muitas pessoas ainda expressam. Num outro momento, faremos uma configuração dos grupos de extermínio e de milícias privadas, fazendo uma caracterização de cada uma delas, sua atuação e forma de financiamento. O que nos interessa, Sr. Presidente, é o plano preliminar de ação, que podemos apresentar agora para discussão e votação. Em primeiro lugar, achamos importante que esta Comissão tenha uma equipe técnica de trabalho que possa colaborar no encaminhamento geral das ações da CPI; mas que também possamos ter uma equipe que possa nos ajudar a fazer as chamadas diligências, pois nós, Parlamentares, não temos tempo e também não é da nossa competência verificar o caso dos grupos de extermínio. Achamos, então, que, além dos servidores fornecidos pela Presidência da Câmara para dar suporte à CPI, deve-se requisitar, nos termos regimentais, à Polícia Federal a cessão de um delegado e de um agente, ambos com perfil profissional adequado, para atuarem nas investigações, interrogatórios e demais ações policiais que se fizerem necessárias. Nesse sentido, Sr. Presidente, já entramos em contato com o Delegado Pádua, que assessora a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. E foi indicado o nome de um policial nordestino, que conhece muito bem a Região Nordeste — o Delegado Assis, que inclusive trabalhou naquela investigação no Estado do Acre. O nome dele está aí para que possamos analisar. Se quisermos aprovar, podemos requisitar o Delegado Francisco de Assis para nos ajudar nos trabalhos da CPI. Assim, ele poderia montar... A idéia seria que cada Estado pudesse ter um agente da Polícia Federal que ficasse à disposição da CPI, sem a necessidade de se deslocarem para Brasília. A outra idéia seria a presença um promotor para acompanhar as investigações e também oferecer denúncias. Vamos também requisitar ao Ministério Público um profissional com atuação reconhecida na área de direitos humanos, que seja especialista em execuções sumárias perpetradas na região, objeto desta Comissão. Poderíamos sugerir nomes de pessoas que lá trabalham e que poderiam ser contratadas para ajudar a CPI. A Consultoria Jurídica já está presente — já temos 2 consultores, sendo um deles na área penal. Os gabinetes do Presidente da Comissão e do Relator também podem disponibilizar assessores para trabalharem junto à CPI. Esta é a idéia com relação à montagem de equipe. Não sei se seria o



caso de discutirmos logo esta parte e a aprovarmos, para, depois, passarmos para a segunda parte, que é o levantamento de informações e denúncias. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Está em discussão. Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a proposta de roteiro apresentada contempla preocupações, às quais esta CPI deve dirigir sua ação. Só acho que no curso dos trabalhos pode ser que seja necessário requisitar outras pessoas que podem colaborar na investigação. Creio que iremos defrontar, provavelmente, com uma situação em que, no bojo dos grupos de extermínio da violência promovida por esses mesmos grupos existem sempre motivações econômicas que conduzem a essa ação criminosa. Assim, pode ser que em determinado momento seja interessante requisitar alguém da Receita Federal para identificar algumas ligações e desvios praticados nessa área. Mas talvez seja melhor aguardar um pouco o andamento dos trabalhos. Mas eu creio que é uma vertente a ser explorada, porque permite checar e observar os procedimentos de certo tipo de criminalidade no uso dos recursos, nos delitos praticados de ordem fiscal, tributária, na própria manipulação de quantias em agências bancárias, e isso pode requerer, inclusive, solicitações de quebra de sigilo fiscal de alguns desses agentes do crime. Era essa a minha observação. No mais, creio que nós poderíamos incorporar como preocupações imediatas, dada a extensão do objeto desta CPI, alguns fatos mais recentes que estamos identificando. O caso do Município de Itambé, do assassinato da testemunha que depôs perante a comissão da ONU, revela o tamanho da ousadia desses grupos organizados; 4 dias depois desse testemunho, eliminaram uma pessoa que tinha importantes contribuições a dar não só para esta CPI, mas para os processos investigatórios que estão em curso a partir das denúncias que existiram na área. E, nós, evidentemente, gostaríamos, inclusive, de incluir esse ponto, talvez até como um dos primeiros a ser tratado, pela gravidade e pela repercussão que teve, interna e externamente, porque compromete inclusive a imagem do País de forma absurda. E, além do mais, é uma demonstração do poder de fogo, da ousadia desse tipo de gente. Então, eu creio que é só uma solicitação para incorporar de imediato essa preocupação em função dos acontecimentos recentes.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Fernando Ferro tem toda a razão. Primeiro, eu acho que poderíamos já, porque nós verificamos que, em alguns casos de grupo de extermínio, pessoas envolvidas têm um patrimônio incompatível com o salário que recebem como profissionais. E já poderíamos já requisitar alguém da Receita Federal, um auditor da Receita Federal, para que pudesse acompanhar toda a tramitação dos trabalhos da CPI. Segundo, a idéia era essa, de a gente, primeiro, fazer algumas audiências aqui, porque são vários os documentos que nós temos de analisar, para não irmos a Pernambuco sem termos já uma visão. Porque lá em Pernambuco não tem só Itambé; tem lá a “Operação Vassourinha”, que V.Exa. conhece, tem “pau-d’alho”. E, aí, seria um primeiro momento de a gente convocar e convidar algumas autoridades, inclusive de Pernambuco, para que nós pudéssemos fazer aqui um mapa dos delitos de extermínio de toda a Região Nordeste; e convidando pessoas dos Estados que pudessem nos ajudar. E, em nível federal, também, verificando na Polícia Federal quem é que tem dados sobre isso aqui, para que se pudesse aqui... Saber se a Secretária Nacional de Segurança Pública também tem dados sobre isso aqui. Enfim, trabalhando para montar. É o tempo para que nós pudéssemos pedir... Ah, sim! Tem um item aqui, que é de o Presidente encaminhar ofícios solicitando informações às Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas Estaduais e Câmara Municipais: sobre se tem relatório, se tem alguma informação. Aos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, que podem também fornecê-las; aos Ministérios Públicos Estaduais também, que podem ter; aos Presidentes dos Tribunais de Justiça; às comissões pastorais da terra; às ONGs, que se destacam na defesa dos direitos humanos e têm atuação reconhecida no Nordeste. Então, seria também esse o tempo que a gente teria para ter esses dados e fazer um estudo com a equipe técnica. E, aí, a gente já teria necessidade de fazer algumas outras diligências. Por isso a equipe técnica poderia fazer essa diligência. E nós marcaríamos... A idéia primeira é de que nós comecemos por Pernambuco e pela Paraíba. Essa é a idéia: de que nós iniciemos por ali, embora já tenha requerimento aqui, do Deputado João Alfredo, para que nós também estejamos lá em Limoeiro, porque é um caso recente. Tem também aqui da terra do Presidente, lá em Sergipe, onde há várias denúncias — também casos de grupo de extermínio.



Eu acho que a gente precisaria montar isso aqui, e, aí, na próxima reunião, a gente já teria os requerimentos. E, discutidos os requerimentos, a gente faria um roteiro de audiências aqui, de diligências e de audiências que nós podemos fazer nos Estados.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - O Relator levantou aí a questão de haver agente da Polícia Federal em cada região. Ela está responsabilizada pela atuação em cada caso. Nós sabemos que a Polícia Federal é a mais disciplinada, mais organizada de todas as polícias, mas, mesmo assim, é necessário um certo cuidado. E eu gostaria de falar já embasado em uma experiência. Eu estive com o Ministro Nilmário Miranda, numa região dos índios, na Bahia, no sul da Bahia, na localidade de Pau Brasil, e os índios, demonstravam certa insegurança com relação aos prepostos da Polícia Federal que estão radicados lá no sul da Bahia. E chegaram a apontar um dos quais como autor de uma arbitrariedade, de um espancamento contra um adolescente de 17 anos lá daquela aldeia. Então, acho importante que o agente escolhido, que seja de outra região, tenha total isenção sobre o caso e sobre os grupos que estão sendo alvo da apuração, porque nós sabemos que há grupos discriminados como os próprios índios, como o pessoal do Movimento dos sem-terra. Então, é necessário que sejam agentes talhados para que possa trabalhar com a preocupação e com a imensa responsabilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Tem a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estudei aqui o relatório apresentado pelo Deputado Luiz Couto. Na realidade, muito bem feito, muito bem fundamentado e, a sua sugestão da montagem da equipe, inclusive com a Receita Federal, acho que é extremamente válida. Então, sugiro também a formação, a organização dessa equipe, já. E, como segundo passo, como o próprio Relator colocou, o mapeamento, para que a partir daí a gente possa tomar uma diretriz de trabalhos da CPI com mais dinamismo. Então, eu concordo



plenamente em que essa equipe deva ser logo organizada para início desses trabalhos práticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Gostaria de parabenizar o Deputado Luiz Couto por esse relatório, até porque a gente entende que para iniciar os trabalhos da CPI seria necessário esse relatório, não impedindo que os demais Deputados apresentem outras sugestões, outras propostas. E, sem dúvida, vamos providenciar o mais rápido possível a montagem dessa equipe, até porque a gente entende que cada um entende da área em que atua. Então, precisamos formar uma equipe com vários segmentos da sociedade: Polícia Federal e daí por diante. Procuraremos, o mais breve possível, juntamente com o Relator e com a colaboração de todos os Deputados, montar essa equipe. O mais rápido possível. Está em votação a proposta do Deputado Luiz Couto. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada por unanimidade a proposta do Deputado Luiz Couto. Consulto o Plenário se algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, faria uma proposta no sentido de que fosse convocada uma reunião para que os Parlamentares já pudessem ir apresentando os seus requerimentos, e o próprio Relator possa apresentar também alguns requerimentos; e que possamos aprovar esses requerimentos todos na próxima reunião administrativa desta Comissão. E que V.Exa. já pudesse, juntamente com o Relator, entrar em contato com autoridades aqui do Governo Federal para que pudéssemos convidar essas autoridades aqui de Brasília, da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para que eles pudessem trazer para nós os elementos que possuem sobre essa realidade do crime organizado e de extermínios na Região Nordeste. E, ao mesmo tempo, que a equipe de trabalho pudesse já fazer uma síntese do material que já existe, das denúncias que já existem, identificando a localidade, ou seja, as pessoas que são acusadas, e as providências que devem ser tomadas, se necessitamos de novas diligências, se já temos de convidar, convocar as pessoas, ou não. Então, seria mais ou menos essa idéia que nós teríamos a propor. Então, na próxima reunião, nós faríamos a escolha do 3º Vice-Presidente e faríamos também já o convite para iniciar a oitiva. E aí, como convidados,



autoridades que pudessem nos dar esses elementos, nesse primeiro roteiro de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Também há um requerimento, um ofício do Deputado Roberto Freire, Líder do PPS, indicando o Deputado Geraldo Thadeu para concorrer à vaga de 3º Suplente, 3º Vice-Presidente. Informo aos Srs. Deputados que faremos a reunião na próxima terça-feira, dia 7, às 14h30 min para eleição do 3º Vice-Presidente e aprovação dos requerimentos. Agora, também eu gostaria, nobre Relator e Srs. Deputados... Por exemplo, recebemos o requerimento do Deputado João Alfredo, lá do Ceará. Eu acho, na nossa avaliação, que os requerimentos devem ser bem claros, específicos. Por fim, entendemos que para melhor aproveitamento da audiência é de salutar importância a participação de autoridades municipais, estaduais e federais. Acho que no requerimento deve-se citar o nome da autoridade municipal, autoridade estadual ou autoridade federal, até porque fica feio, meio difícil, a gente convidar ou convocar autoridade sem ter citado o nome da autoridade. Inclusive, vamos entrar em contato com o nobre Deputado João Alfredo para ver se ele complementa. Não havendo mais... Sim, gostaria também de aproveitar a oportunidade dos Srs. Deputados aqui presentes para avisar que amanhã iremos fazer uma reunião, com Presidente, Relator, a equipe de trabalho que já temos, para discutir alguns pontos que se referem aos trabalhos da CPI. Amanhã a gente informa o local aos Srs. Deputados. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Mas, antes, convoco uma reunião para o próximo dia 7, terça-feira, às 14h30min, com a seguinte pauta: apreciação de requerimentos e eleição do 3º Vice-Presidente. Está encerrada a presente reunião.